

## ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Em quatorze de setembro do ano de dois mil e cinco, no auditório - Shirley Palmeira, pertencente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMA, situado no Parque dos Poderes em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, estiveram presentes à segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, os seguintes conselheiros: Whirley Martins Colombo – CIDEMA; José Luiz Carasek – CIABRI; André Luiz Rachid – COINTA; Mauri Barbosa Pereira – CIDEMA; Giancarlo Lastoria – UFMS; Ricardo Verde Selva – UCDB; Silvio Jaks dos A Garnés – UNIDERP; Ramão E. F. Jardim – AEAMS; Belkiss Gomes N Gratão – UNIPAN; Rita Teresinha Q. Figueiredo – SANESUL; Ana Luzia A B M Abrão – ENERSUL; Renato Meister Filho – COSTA RICA ENERGÉTICA; Angelim M. Asserman - ONIX-GERAÇÃO DE ENERGIA; Paulo Cezar Gomes da Silva representando Fermiano Yarzon - CODESP/AHIPAR; Lincoln Correa Curado – FAMASUL; Eduardo Folley Coelho, representando Andréia de Freitas Pinheiro - ATRATUR; o suplente Henrique José Fernandes – Secretaria de Estado da Produção e do Turismo; Eduardo Francisco dos Santos – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e habitação; Alexandre Luiz Giehl - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; Odiel Vagner de Souza Carvalho – Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia; o suplente Celso Pereira do Prado – Secretaria de Estado de Coordenação Geral do Governo, o Engenheiro Agrônomo José Elias Moreira - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos– SEMA e Presidente do CERH, e o Engenheiro Agrônomo Walderi Dias - Gerente de Recursos Hídricos do Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP e Secretario Executivo do CERH. Também se fizeram presentes os seguintes convidados Egon Krakhecke – Vice-Governador do Estado, o Engenheiro Agrônomo Cid Roner de Castro Paulino - Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP, Paulo Guilherme F. Cabral técnico do Ministério de Meio Ambiente e Coordenador Nacional do Programa Pantanal e o técnico Vagner M C Vilella da Secretaria de Recursos do Ministério do Meio Ambiente, demais participantes conforme lista de presença e para auxiliar nos trabalhos, se fizeram presentes a Assessora Jurídica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Dr<sup>a</sup> Márcia Correa Oliveira, a técnica da Gerência de Recursos Hídricos Bióloga Maria Antonia Barros F Silva e a Assessora de imprensa do IMAP - Shorana Gomide responsável pelo Cerimonial e que no uso da palavra convidou para compor a mesa o Presidente do CERH – José Elias Moreira, Cid Roner de Castro Paulino - Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP, o Vice-Governador - Egon Krakhecke o Secretário Executivo do CERH - Walderi Dias que no uso da palavra cumprimentou os componentes da mesa os conselheiros e autoridades presentes. Constatou ser uma grande vitória para o Estado, o Brasil e o mundo estarem envolvidos com os Recursos Hídricos, e o Conselho que vai estar envolvido com o Plano de Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso do Sul, para a partir daí implantar os comitês e os instrumentos previstos na Lei Estadual de Recursos Hídricos, ressaltou que a pauta do dia é extensa e que todos devem se ater a ela, na seqüência passa a palavra ao Presidente – José Elias Moreira, que cumprimenta aos componentes da mesa e os demais membros, diz ser um prazer estar presidindo o CERH espinha dorsal dos assuntos que envolve os recursos hídricos. Ressalta sua alegria por contar com a presença do Dr. Egon, que já foi Secretario da SEMA e deixou marca de seu trabalho, reflete suas preocupações nos chamando aos problemas ambientais

bem como nos ajudando resolvê-los, na continuidade agradece o apoio dado pelo Governo do Estado à SEMA. Destaca a presença do técnico do Ministério de Meio Ambiente e Coordenador Nacional do Programa Pantanal – Paulo Guilherme que já passou pela Secretaria, bem como do técnico Vagner M C Vilella da Secretaria de Recursos do Ministério do Meio Ambiente, e os convida também a compor a mesa, na seqüência destaca algumas ações dentro da Política do Gerenciamento de Recursos Hídricos como uma reunião em Ponta Porá, junto aos Prefeitos da Região, onde conseguimos criar uma Unidade de Conservação, para a preservação do rio Dourados e do rio Apa, sobretudo o rio Dourados que nasce em Antonio João com duas nascentes na reserva do Exército, outras três nascentes se encontram fora desta área, e destas, duas estão preservadas, seus proprietários cuidadosos cercaram e não deixam nada entrar, mas na outra existe exploração de argila e nós com a criação da Unidade devemos mudar esse quadro e preservar as nascentes. E já agendamos reunião para tratar do rio Apa. Na sexta-feira estaremos em Caarapó dando continuidade ao processo em prol do Comitê da Bacia do Dourado. Esses Comitês que serão implantados nos ajudarão no trabalho, serão a base para a gestão dos Recursos Hídricos do Estado, de forma que estamos com algumas ações em andamento e gostaria de contar com a presença de todos em Caarapó das 09:00 às 12:00h onde estarão presentes o Governo do Estado, os Governantes Municipais – são 11 municípios, também estarão presentes os órgãos não governamentais e os usuários da água para começarmos o processo de descentralização da Gestão dos Recursos Hídricos, encerrando passou a palavra ao Vice-Governador - Egon – Saúda a todos do CERH e em nome do Governador saúdo o Secretário e Presidente do Conselho e o Presidente do IMAP - Cid Rôner e Walderi, quero também saudar o Paulo Guilherme – ex-presidente do IMAP atual Coordenador Federal do Programa Pantanal do MMA bem como saudar o Senhor Wagner da SRH, dando continuidade, ressalta sua satisfação em retomar à casa, manifesta a importância do processo da gestão compartilhada e cumprimenta a todos pelas iniciativas da implantação dos Comitês de Bacias, forma de dar enraizamento à gestão compartilhada. “Os recursos hídricos são de valor estratégico e por terem riscos muito graves requerem cuidados de gerenciamento especial, que nos dá muita alegria porque o que estávamos esboçando na época e o que discutíamos como modelo de gestão está sendo colocado em prática e o desafio que se tem pela frente nesta área é muito grande e nós precisamos estar a passos largos. Este não é um desafio que possa ser enfrentado com acordos, mas sim com participação coletiva, não dá para ser enfrentado por um ator social por mais relevante que ele seja. E a composição tanto do CERH como dos Comitês de Bacias que na época em que aqui estivemos já discutíamos que estes deveriam ter composição tripartite congregando os atores relevantes devido aos desafios que se tem pela frente. Estou aqui porque recebi o convite e que não foi o primeiro. Sou muito ligado às questões ambientais e não consigo me desvencilhar delas, volta e meia temos conversado e fiz questão de estar aqui para reafirmar isto e confirmar o compromisso do Governador com o desafio de manter os recursos naturais e de promover o desenvolvimento sustentável e dos recursos hídricos que estão no cerne desta questão. Quero desejar sucesso ao Conselho que tem o desafio de implantar este modelo de gestão compartilhada em conjunto ao Governador, comigo em particular e com as outras áreas do Governo,” agradece a gentileza do convite e passa a palavra ao Presidente José Elias Moreira que cede a palavra à Maria Antônia, esta, cumprimentando a todos e solicita-lhes que assinem a lista de presença que contém o nome dos conselheiros e suplentes, e espaço para convidados e demais presentes, e repassa a palavra ao Paulo Guilherme que ressalta sua satisfação de poder participar da reunião do CERH e que sua

vinda a Mato Grosso do Sul, se baseia em questões de recursos hídricos para estar articulando a participação do Governo. “A questão da recuperação do Taquari. Isto em função de uma Portaria que a Ministra Marina Silva assinou no dia 31/08 – Portaria 254 que cria um grupo de trabalho interno do MMA com a participação do Programa Pantanal que é quem coordena o grupo, da Secretaria de Recursos Hídricos, e da agência Nacional de Águas e o IBAMA com a participação do governo do MS e do MT para discutir alternativas no sentido da recuperação ambiental do rio Taquari que é uma problemática que envolve a todos os presentes que ha muito vem sendo atropelada em função da grandiosidade e complexidade da recuperação ambiental do Taquari, entende-se hoje que é preciso articular um conjunto de ações para enfrentar este problema e é neste sentido que estamos aqui para esta discussão. Teremos agora no dia vinte, audiência pública na Comissão de Agricultura na Câmara de Deputados Federais solicitada pelo deputado Wander Loubet de Mato Grosso do Sul, assunto em destaque nos próximos dias. Teremos três meses para apresentar à Ministra um conjunto de alternativas para que ela analise e se posicione em relação às ações a serem desenvolvidas. Está em curso também uma solicitação ao Senador Delcídio do Amaral a criação de um Grupo Técnico Interministerial junto à Casa Civil para que o Governo Federal como um todo possa estar participando do enfrentamento a esses programas. A minha fala neste sentido pra vocês para o Conselho - órgão privilegiado para discutir, porque aqui estão representados todos os setores da sociedade que tem envolvimento com os recursos hídricos, mas também é de fundamental importância que o Governo tenha participação ativa nesse processo. Isso não quer dizer que é uma transferência de responsabilidade visto que o Taquari é um rio de domínio da União, mas devemos somar esforços com os Municípios, com Proprietários, Sindicatos, ONG’s para juntos desenhar-mos um programa de conservação do solo e água entre outras alternativas que estão sendo encontradas para desenvolver e buscar a recuperação do rio Taquari. Outra questão reflete melhor o tema desta reunião, o Programa Pantanal está apoiando junto a Secretaria de Recursos Hídricos que tem a atribuição de promover a Gestão dos Recursos Hídricos e de estar elaborando o Plano Nacional e acompanhando os Planos Estaduais de Recursos Hídricos, sobre esse assunto o Wagner estará apresentando nosso papel junto ao Plano Estadual e o apoio no sentido para viabilizar sua implantação. Não podemos ficar só na elaboração, temos que dar apoio aos Comitês de Bacias e coloca isso como ação prioritária também. É entendimento do Programa Pantanal, buscar meios para viabilizar a implantação dos Comitês de Bacia no Estado e futuramente apoiar os Planos de Bacias. Vim trazer essa manifestação porque ficou passado pela imprensa que o Programa Pantanal teria acabado, mas a presença do Coordenador Estadual do Programa Pantanal o Senhor Job Abrão é uma prova incontestável que o Programa Pantanal continua. Todas as ações que a gente desenvolve em MS passam pela participação do Job, assim como no Mato Grosso é IBAMA que são co-executores do Programa e estamos em via de elaborar o planejamento para o próximo ano. Com a finalização do contrato com o BID ficaremos basicamente com recursos da União. Na nova sistemática, vamos levar em conta que dois mil e seis é um ano de transição e a partir de dois mil e sete com novos governos, teremos novo Programa e queremos construir de forma participativa possivelmente através do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera que seria o processo de interlocução com a sociedade, com os Poderes Públicos para junto estar desenhando um novo Programa Pantanal, que não quer dizer de forma alguma que vamos esquecer de tudo aquilo que foi pensado, construído arduamente com a participação de técnicos e da sociedade. Nós já temos um arcabouço técnico já elaborado, temos que aproveitar tudo isso e viabilizar a

forma de financiar esses projetos para garantir o objetivo do Programa Pantanal que é o desenvolvimento sustentável. Bom, estamos em vias de fazer esse processo de planejamento e queremos assegurar a elaboração do Plano Estadual de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A idéia é que a região realize em conjunto numa só orientação, tendo a Bacia do Pantanal com principal meio de ligação. Assim, estamos aqui para assegurar que as ações desse último semestre de dois mil e cinco tenha continuidade em dois mil e seis e possa assegurar recursos e os meios na formalização e construção dos comitês de bacias especialmente na Bacia do Paraguai, onde tem ações a serem desenvolvidas. O Programa Pantanal e está ligado a SRH para orientar o processo de formulação dos Planos Estaduais por isso, o Wagner está aqui para dar algumas orientações de como o processo vai ser desenvolvido. Ele é o nosso ponto de ligação entre os Governos tanto Nacional como Estadual. Vou pedir licença para me ausentar a menos que alguém tenha alguma pergunta a fazer, pois, tenho outra reunião de outro projeto que estamos desenvolvendo para montar um curso superior de educação indígena voltado para a Agroecologia em terras indígenas porque um dos componentes do Programa Pantanal e contrapartida do Estado era o apoio às comunidades indígenas, precisamos estar desenvolvendo ações, que perdurem que não sejam simplesmente na distribuição de insumos, sementes, adubos, maquinários, óleo diesel para o apoio a obras indígena. Ressalto que onde tinha um técnico que falava a língua do índio com conhecimento técnico esse trabalho obteve melhores resultados. Então vamos apoiar a organização de um curso de nível superior para índios pela metodologia de alternância para que o índio não perca o vínculo com a sua aldeia e tenha a capacidade de estar construindo um modo de produção sustentável, aproveitando seus conhecimentos tradicionais e agregando o que a ciência e a tecnologia já desenvolveram. Esta ação é para começar ainda este ano”. O Senhor Eduardo Folley Coelho solicita a palavra para complementar que sobre o Conselho é uma organização criada pelos governos estaduais, inclusive esse processo vamos discutir com os governos estaduais sobre a melhor forma de estar fazendo, se o governo estadual entender que deve ter um comitê estadual de acompanhamento das ações é possível que se mantenha, de todo modo está ao nosso encargo a montagem do Conselho é muito semelhante àquele que já existia, portanto vai haver uma chamada pública para que as entidades possam estar indicando seus representantes, e este Conselho teria um mandato tampão para elaborar seu regimento, seu estatuto e após um ano fazer sua renovação. Paulo Guilherme retoma a palavra e explica: estamos entendendo que o Conselho da Biosfera é mais amplo que o Programa Pantanal que é uma política pública e pode ser extinto a qualquer momento, ser modificado ele não tem tanta sustentabilidade, já o Conselho Gestor da Reserva da Biosfera tem caráter mundial aprovado pela UNESCO é permanente e com sustentabilidade para estar acompanhando tanto o Programa Pantanal quanto outros do Ministério do Meio Ambiente, com esta argüição despede-se. Fazendo uso da palavra Walderi agradece ao Paulo Guilherme solicitando-lhe que volte sempre com novas notícias. Dando continuidade aos trabalhos, faz a leitura da ordem do dia: I – Aprovação da Ata da Primeira Reunião Ordinária; II - Proposta de alterações e aprovação do Regimento Interno; III - Proposta de instituição de Câmaras Técnicas; IV - Calendário para dois mil e seis; V - Assuntos Gerais. E ressalta que por não estarmos com regimento aprovado, as deliberações ocorrerão por aclamações, o Presidente do CERH retoma a palavra e solicita à Técnica Maria Antonia que faça a projeção da Ata da reunião anterior em telão para que todos possam fazer a leitura e aprovação, constata a todos de que cópia da Ata já havia sido encaminhada via endereço eletrônico, houve questionamentos sobre o suplente do CIABRI, Maria Antônia

foi ao microfone e explicou que a suplência é de outra instituição, mas que o CIABRI se fez representar na última reunião conforme consta em Ata. Encerrado os comentários a Ata da Primeira Reunião Ordinária do CERH foi aprovada. Passou-se ao item dois da pauta que trata do Regimento Interno o qual foi encaminhado a todos via endereço eletrônico, o regimento foi projetado em telão para facilitar as alterações. Maria Antônia pede permissão para projetar a minuta do regimento interno com as alterações que se encontram grifadas em vermelho feitas pela Dr<sup>a</sup> Emiko - conselheira titular representante da EMBRAPA-PANTANAL, dando continuidade, no artigo sétimo parágrafo Um, Dr. Emiko questiona sobre se o Presidente será substituído por um Conselheiro mais antigo de idade, e a Assessora Jurídica da SEMA - Dr<sup>a</sup> Márcia explica que pela Constituição Federal é vedado qualquer discriminação, seja por: idade, cor, e neste caso o mais antigo é o que possui maior experiência em Conselhos, temos vários aqui. Para dar agilidade às deliberações o Presidente explicou que em momento oportuno a plenária saberá decidir. Quanto ao questionamento sobre a razão do suplente apenas se manifestar, a Dr<sup>a</sup> Márcia explica que às vezes o conselheiro titular está impedido por questões particulares, então ele é suspeito ficando impedido de votar, e neste caso o suplente é quem vota. E diz ainda que o regimento é uma regra de conduta, o que não está previsto não podemos contemplar, se houver dúvidas eximi-las. Nada é exagero. Tudo deve ser colocado em seus devidos lugares para ser esclarecido. Está claro que em estando o titular e o suplente, somente o titular vota, cabendo ao suplente apenas manifestar-se. Na seqüência Senhor Eduardo Folley Coelho, solicita a palavra e questiona sobre as suplências de sua instituição, a ATRATUR, esta enviou ofício indicando que a titular da ATRATUR é Andréia de Freitas, o primeiro suplente é ele que veio representando sua titular, explica ainda, que na assembléia de escolha dos representantes apenas a ATRATUR compareceu para representar o Setor e na reunião foi explicado a ele que mais tarde poderia surgir outra entidade que ocuparia a vaga de suplente, mas até o momento, ninguém se manifestou então propõe que fosse dada posse a ele como primeiro suplente – pede para a plenária deliberar esta questão, diz que no Decreto a ATRATUR é a titular e não tem suplência. José Elias pede-lhe que encaminhe este assunto para discussão em outra reunião. Mauri solicita a palavra e cumprimenta a todos, se apresenta como suplente no CERH e que gostaria de registrar sobre a alínea “b” item 3º do art. 3º do Decreto que regulamenta o Conselho, e que trata dos Comitês de Bacias. Sabemos que estão no Decreto duas vagas para os Comitês de Bacias, isso provavelmente é um número baixo para a composição dos comitês, é necessário alertar para outros que surgirão daqui alguns anos. Dando continuidade o Presidente convoca às deliberações sobre artigo sexto do regimento interno que trata do funcionamento do CERH, surgiram questionamentos sobre algumas palavras no texto que dificultam o entendimento e Dr<sup>a</sup> Márcia explica que a linguagem jurídica, legislativa é técnica, não podemos mudar. O Presidente coloca os artigos sexto ao nono e os artigos dez e onze em votação: quem está a favor do texto? Sr. Walderi explica que o critério da manifestação é: quem estiver a favor levantar a mão e quem for contra permaneça de mãos baixas, também verifica se todos que se manifestaram tinham direito ao voto – resultado da votação: oito votos a favor versus quatro votos contra, ficando aprovado o texto com sua redação original. O Presidente passa para o artigo doze, Mauri pede a palavra e diz: Sr. Presidente, reconhecemos que as Câmaras Técnicas tem papel fundamental nas tomadas de decisões pelo Conselho, entretanto neste parágrafo primeiro diz: as resoluções antes de ser submetida ao Conselho dever ser analisada e aprovada pelas competentes Câmaras Técnicas. Acredito que a contribuição da Câmara Técnica é emitir parecer técnico e não aprovar porque senão

engessa toda ação do Conselho, embora as Câmaras sejam compostas por membros do CERH e outros membros convidados. Poderemos ter problemas, não sei em que Conselho isso acontece, desconheço essa forma de aprovação, teria caráter deliberativo? O ato é a emissão de um parecer técnico. Porque teríamos duas aprovações, uma na Câmara e outra no CERH; vejo isso como dificuldades para as Câmaras Técnicas. Dr<sup>a</sup> Márcia presta esclarecimentos – na realidade há um desconhecimento em nível de Estado – na reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente quando se propõe uma resolução esta passa pelas várias câmaras técnicas permanentes e elas aprovam a resolução ao final passa pela Câmara Técnica Jurídica que faz o perfil da legalidade da proposta e depois é referendada e deliberada pelo grande Conselho. Essa aprovação colocada não significa que seja para a aplicabilidade, mas tem esse perfil. O Setor que não estão envolvidos nas Câmaras Técnicas, mas está constituído e estes discordarem, não vai haver uma aprovação, e uma aprovação significa uma maioria, assim esse assunto não vai de forma alguma ao Conselho, quem delibera no CERH não é a Câmara, esta, apenas concorda ou discorda. O Presidente sugere que seja retirada palavra aprovada, ficando desta forma o artigo doze – aprovado; artigo treze – aprovado; artigo quatorze – aprovado; artigo quinze – aprovado; artigo dezesseis – aprovado. O Conselheiro Giancarlo Lastoria solicita a palavra e diz – nesse artigo dezessete, no seguinte trecho, “devendo a mesma ser apresentada”, sugiro que a palavra apresentada seja substituída por apreciada ou aprovada, isso ocorreu na reunião do CECA, e o fato do Presidente aprovar *ad referendum*, isso deve ser depois referendado na próxima reunião, e esse artigo dezessete deve ser levado em conta no artigo dez. Cid Rôner, pede a palavra e fala sobre a reunião do CECA e dá exemplo de que um produtor rural pediu por vontade própria a implantação de uma RPPN e veio ao Presidente do CECA e queria que fosse aprovado pelo CECA. Se não fizesse *ad referendum* ele não estaria contemplado e se criaria uma celeuma com relação ao Município pelo ICMS Ecológico, deveria ser homologado ou referendado, o Presidente retoma a palavra dizendo que a sugestão é trocar a palavra apresentada ao plenário pela palavra referendada ao plenário, ficando os artigos dezessete e dezoito aprovados. Artigo dezenove – Despesas de Câmaras Técnicas - aprovado; artigo vinte – aprovado; artigo vinte e um – aprovado; artigo vinte e dois – aprovado; artigo vinte e três – aprovado; artigo vinte e quatro – supressão no inciso II e III que foi repassado a compor o inciso II e III do artigo vinte e cinco. Após várias considerações a respeito da perda de mandato e vacância a plenária sugeriu que fosse trocada a palavra instituição do artigo vinte e quatro por: órgãos, setor ou segmento de usuários, a assessoria jurídica, Dr<sup>a</sup> Márcia salientou que a palavra instituição é independente, ela engloba como um todo: organização, setor de usuários, ou órgão público, mas já que a plenária sugere a especificação não há problemas, então poderá ficar: setor governamental, organizações civis e setor de usuários. Dr<sup>a</sup> Márcia explica que os órgãos públicos têm mandato diferenciado, eles permanecem nos Conselhos, muito embora no geral, estes órgãos não comparecem às reuniões, mesmo fundamentais no processo de discussão. E já que esses órgãos não estão interessados em participar da discussão coletiva, então eles devem sair e dar lugar a outro. Já que a composição é feita por Decreto, se faz justificativa leva-se ao Governador e ele substitui aquele órgão que não se fez presente. E quando no parágrafo único do artigo vinte e quatro, fala representante titular ou suplente, muitas vezes o titular não vem e o suplente está sempre presente, então quem vai perder a vaga no caso é a instituição que representa o titular, uma vez que o titular é de uma instituição e o suplente é de outra, a instituição que representa o suplente por estar se fazendo presente não perderá a vaga, continua assentado ao CERH, mas quando um ou

outro não aparece perde a cadeira tanto o titular como o suplente. No caso deste CERH, quando o titular não comparece à reunião ele deverá entrar em contato com seu suplente para que este compareça, neste caso é necessário companheirismo e contatos, não podem ficar sem se comunicarem. – Maria Antônia – ressalta que a Secretaria Executiva tem encaminhado o convite tanto para os titulares como para os suplentes, e que cabe ao titular comunicar ao seu suplente que não poderá comparecer à reunião. – O Presidente, destaca o parágrafo XIII do artigo vinte e seis onde ressalta que o Presidente convoca os suplentes, ficando os artigos vinte e quatro e vinte e cinco aprovados. Aprovados também os artigos vinte e seis e vinte e sete. Para o artigo vinte e oito, Mauri – sugere que no inciso I seja colocado também prestar apoio às Câmaras Técnicas quando precisar. Giancarlo Lastoria sugere a supressão da expressão “quando couber” inciso II, visto que sempre é necessário encaminhar ao plenário, a Câmara não decide sozinha. Na seqüência foram submetidos à aprovação os artigos vinte e oito a trinta e um, os quais foram aprovados. O artigo trinta e dois sofreu alteração no inciso III; Com relação ao artigo trinta e três houve uma pequena intervenção, colocação da preposição “sobre” antes da palavra assuntos – e foi aprovado. Ao passar para o artigo trinta e quatro após intervenções sem o uso do microfone, Maria Antônia intercedeu e solicitou o uso do microfone para facilitar o trabalho de elaboração da ata. – Dr<sup>a</sup> Márcia, disse que as Câmaras Técnicas temporárias se extinguem junto ao término da ação que motivou sua criação, as Câmaras Técnicas permanentes terá a participação de um ano. O conselheiro Alexandre, representante da Secretaria de Desenvolvimento Agrário pedindo a palavra explicou que as Câmaras Técnicas permanentes são aquelas que analisam projetos e que sempre haverá projetos a serem analisados, mas pode haver Câmaras Técnicas para analisar um projeto especial, e enquanto este projeto estiver sendo analisado, esta câmara vai existir, funcionando como uma Câmara temporária, que tem vigência até o término do assunto que a criou. Após alguns comentários ficou o artigo trinta e quatro aprovado. O artigo trinta e cinco sofreu alterações em seu parágrafo primeiro, e com o uso da palavra Mauri sugere ser fundamental incluir que a câmara técnica deverá elaborar seu plano de trabalho anual a ser apresentado em prazo determinado. Como sugestão entraria mais um inciso: As Câmaras Técnicas permanentes deverão elaborar plano de trabalho anual. Dr<sup>a</sup> Márcia ressalta que no *caput* do artigo trinta e cinco isto já está contemplado, ocorreram alterações nos parágrafos: dez, onze e treze, ficando desta forma este artigo aprovado. No artigo trinta e sete houve a colocação da preposição “do” antes da palavra relatório, sendo desta forma aprovado este artigo. Mauri – se coloca na dúvida, onde poderia colocar o assunto o qual ele irá discorrer, talvez seja no capítulo das disposições finais, é com relação ao artigo 12 que trata das câmaras técnicas. Vamos criar câmaras técnicas, mas como? – Dr<sup>a</sup> Márcia responde: através de resolução do CERH. Mauri retoma a palavra e explica que o artigo 12 sugere que toda resolução tem que passar por câmara técnica, como o CERH é novo, temos que estar atentos porque já temos assuntos a serem deliberados e que para instalar as câmaras é preciso um processo burocrático, é necessária uma resolução, publicação em Diário Oficial, todo esse processo se estende muito. A sugestão é que nestas disposições finais tenha algo do gênero. “Enquanto as Câmaras Técnicas não estejam em pleno funcionamento, o plenário poderá constituir comissões, conforme foi sugerido a incluir no artigo onze, inciso I, a fim de tratar o tema. Por exemplo: o Comitê do Miranda tem todo um trabalho desenvolvido que deverá ser apresentado logo ao CERH, e se formos esperar a constituição de Câmaras Técnicas para discutir o assunto, perderemos um grande trabalho e o comitê poderá talvez sair para meados do próximo ano, onde todo processo fica prejudicado, então

há temas urgentes, não estamos querendo atropelar, mas é necessário que se fique atento a esta proposição, reforço é só colocar num item transitório que daqui um ano deixaria de existir. É visível a dificuldade, porque o artigo doze diz que todas as ações passarão por câmara técnica. – Dr<sup>a</sup> Márcia no uso da palavra explica que é preciso ter legalidade para substanciar a agilidade. – As Comissões não fazem parte da Política de Recursos Hídricos o que existe são os Consórcios, Associações e as Comissões que são grupos de trabalho. Isto não tem que ser contemplado no regimento interno do CERH por ser um fato transitório. Vejamos, o CERH já está em plena atuação e para se formar uma Câmara Técnica de imediato, a instituição pode fazê-la mesmo em caráter de câmara temporária, não há necessidade de se criar uma comissão específica, cria-se uma câmara temporária pra se trabalhar em assuntos que são levados ao CERH e esta é integrada por membros do próprio Conselho. Temos que ser arrojados e os conselheiros trabalharem já com Câmaras Técnicas temporais para dar andamento aos assuntos de momento, reforçando o que disse o Secretário José Elias e o Vice-Governador Egon, temos que dar andamento ao processo, não deixar retroceder. – José Elias – ressalta que a comissão do Miranda que está avançada e que está se formando uma comissão para trabalhar a Bacia do Dourados. E o CERH deve motivar esse processo para que os outros também se entusiasmem e dê início ao processo de criação do Comitê em sua bacia Hidrográfica. Assim ficaram aprovados os artigos trinta e oito e trinta e nove; encerrando-se as alterações no regimento interno do CERH. O Presidente agradece a colaboração e passa a palavra ao Secretário Executivo – Walderi Dias, que entrega ao Presidente a proposta de criação do Comitê da Bacia do rio Miranda, juntamente com um relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho do Miranda (instituído através da Resolução/SEMA nº 030, de 1º de julho de 2004) e o Plano para implantação do Comitê do rio Miranda, Walderi ressalta ainda que foi publicado em Diário Oficial a Resolução/SEMA nº 039 ampliando o número de Instituições propostas na Res/SEMA nº 030, em seguida passa a palavra ao técnico da Secretaria de Recursos Hídricos – Wagner Vilela para proferir sua palestra. Antes, porém o Conselheiro Colombo repassa aos colegas Conselheiros um *Kit* com o seguinte material: Livro Estado da Arte da Bacia Hidrográfica do rio Miranda, Relatório de Atividades na Bacia Hidrográfica do rio Miranda, panfletos do CIDEMA e a Proposta de Resolução de criação do Comitê de Bacia do rio Miranda, e ressalta que o material entregue é fruto de muito trabalho e que deve ser contemplado para que o Comitê do Miranda possa ser instituído ainda este ano. E a proposta é que seja realizada uma reunião extraordinária para o mês de outubro para discutir a implantação do Comitê, propõe que se crie de imediato uma comissão técnica para trabalhar este assunto, e solicita ao plenário que delibere o assunto, o presidente retoma a palavra, diz que comuna com a idéia, mas se diz cauteloso, pois a pressa é inimiga da perfeição e quer primeiro ouvir os técnicos da SRH e também um técnico da ANA que chegará dia dezesseis, para ter melhor embasamento técnico, e propõe ao Colombo que encaminhe a proposta de reunião extraordinária e marcaremos uma data para outubro, e o convite será encaminhado a todos os conselheiros, logo após, passa a palavra ao Wagner M C Vilella da Secretaria de Recursos do Ministério do Meio Ambiente para proferir sua palestra. Finalizando a fala do técnico da SRH. O presidente agradece a paciência e cooperação de todos questiona se o plenário tem mais assuntos a serem debatidos e se alguém tem alguma coisa a participar ou a sugerir, não havendo mais nada a discutir, o Presidente agradecendo a participação de todos despede-se, lembrando de que façam a leitura do material entregue e que possam estar presentes na próxima reunião, e finalizando encerrou esta segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e eu

Maria Antonia Barros Freire da Silva lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Secretário Executivo – Walderi Dias e pelo Presidente – José Elias Moreira.